

Senado aprova 25 matérias na convocação extraordinária

Apoio à microempresa, privatização da telefonia celular e redução de multa por atraso em pagamento são alguns dos projetos apreciados pelos senadores em julho



Jefferson Peres

Jefferson aplaude medidas em favor do meio ambiente

As decisões de proibir a exploração de mogno e viróla por dois anos, e de reduzir de 50% para 20% as áreas desmatáveis em cada propriedade agrícola na Amazônia, adotadas na quinta-feira pelo governo, foram aplaudidas pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM).

Jefferson teme, entretanto, que o decreto presidencial proibindo a exploração daquelas madeiras nobres ameaçadas de extinção não saia do papel, devido ao total desaparecimento do Ibama para fiscalizar a região e aos lobbies que se organizarão para descumprir a determinação.

Apesar disso, observou, a simples existência da proibição dará margem a que entidades ambientalistas nacionais e internacionais, que reclamavam insistentemente a medida, se mobilizem para exigir o pleno cumprimento da decisão presidencial.

Projeto obriga o governo a divulgar verbas transferidas

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou sexta-feira projeto de lei estabelecendo que todos os recursos transferidos ou emprestados pela União a estados e municípios serão obrigatoriamente vinculados a objetivos precisos, e deverão ser publicados no *Diário Oficial* e divulgados pela *Voz do Brasil*, desde que de interesse geral. O senador explicou que a proposição tem a finalidade de reduzir o clientelismo na distribuição de recursos.

Determina ainda o projeto que a União deverá publicar, sempre que houver recurso disponível para estados e municípios, o critério para escolha dos beneficiados, o montante dos recursos, o prazo para recebimento das solicitações e as condições necessárias ao seu recebimento.

- O Brasil é um país imenso, e muitos municípios, pelo simples fato de desconhecerem as possibilidades, não conseguem obter recursos junto ao governo federal para atender as necessidades básicas de sua população - argumentou.

Ademir Andrade esclareceu que sua proposição impõe



Ademir tenta evitar manipulação de verbas

critérios objetivos e claros para que o governo federal, que em sua opinião absorve elevadíssima parcela da receita tributária, deixe de subordinar os chefes de executivos estaduais e municipais "à humilhante trajetória da luta por recursos".

- Ninguém conhece todas as exigências feitas pelos diversos órgãos do governo federal para um estado ou município obter recursos orçamentários, talvez apenas os lobistas ou os políticos intimamente relacionados nos círculos do poder - disse.

Ademir salientou que seu projeto visa ainda a evitar que ocorram denúncias, como as do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), a respeito da manipulação política de verbas do Orçamento.

Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que "a publicidade é a linha-mestra de todo governo democrático".

Projetos que afetam diretamente os cidadãos, como a redução de multas por atraso em pagamento, ou a economia do País, como a privatização da telefonia celular e a isenção de impostos para a pequena e microempresa, estão entre as 25 matérias aprovadas pelo Senado durante a convocação extraordinária de julho. "O Congresso trabalhou muito", reconheceu sexta-feira o líder do governo, José Roberto Arruda. Bernardo Cabral ressaltou que apenas um projeto já é suficiente para dar à Nação o significado do trabalho realizado pelo Legislativo - o que institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Páginas 4 e 5**

NESTA EDIÇÃO

Maldaner quer TV sem violência em horário infantil

Página 6

Soluções para agricultura em debate

A criação do Banco Nacional da Agricultura Familiar entusiasma Jonas Pinheiro. Já Edison Lobão adverte: juros altos ameaçam a agricultura. Osmar Dias propõe o fortalecimento do setor cafeeiro. E Romero Jucá anuncia um seminário sobre reforma agrária. **Págs. 2 e 3**



Esperidião Amin

Amin comemora centenário do Instituto Histórico de SC

O centenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina foi comemorado pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), que destacou a relevância do trabalho dessa instituição na preservação da memória do estado e, por consequência, do País. Segundo informou, a realização do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, entre os dias 4 e 7 de setembro próximo, faz parte dos festejos relativos à data.

Esperidião Amin disse ser impossível desvincular o desenvolvimento dos estudos históricos em Santa Catarina da enorme contribuição oferecida pelo Instituto Histórico e Geográfico. Conforme afirmou, por muitas décadas, antes de o estado contar com bons cursos superiores de História, essa instituição garantiu, praticamente sozinha, "a produção de inúmeras obras indispensáveis ao conhecimento da saga da gente catarinense".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PFL fará seminário sobre reforma agrária, diz Jucá

Senador também anuncia que deputado José Jorge Vasconcellos vai presidir o partido em substituição a Jorge Bornhausen

O Partido da Frente Liberal deverá promover um seminário para debater a reforma agrária e apoiar a proposta do governo para o setor, disse o senador Romero Jucá (PFL-RR), ao anunciar sexta-feira o nome do novo presidente do PFL, deputado José Jorge Vasconcellos (PE), em substituição a Jorge Bornhausen, nomeado para embaixador em Portugal.

Jucá elogiou o trabalho



Romero Jucá

realizado por Bornhausen na presidência do PFL, "que tem sido um pilar importante da reforma que o

governo está fazendo", e disse que "na nova missão, em Portugal, Jorge Bornhausen vai honrar e consolidar o espaço brasileiro na Comunidade Europeia".

Segundo o senador, José Jorge Vasconcellos vai dar continuidade ao "brilhante trabalho" de seu antecessor, "pois tenho certeza de que o novo presidente irá consolidar soberana e estrategicamente o PFL".

Osmar propõe comissão para fortalecer o café

Responsável, durante muitas décadas, pela maior parte das divisas obtidas pelo País em seu comércio internacional, bem como pela ocupação de grande parcela da população brasileira no campo, a lavoura do café, segundo afirmou sexta-feira o senador Osmar Dias (PR), sofreu um processo de destruição que precisa ser revertido.

O senador apresentou proposta à Comissão de Assuntos Econômicos para criação de uma subcomissão especial voltada especificamente para a análise do problema e propor alternativas de recuperação da cafeicultura nacional.

Osmar Dias criticou o "descaso" do governo com a lavoura do café, que, como acentuou, apesar da perda de expressão na pauta de exportações, ainda responde por quase 2 bilhões de dólares do faturamento de nossa balanço co-



Osmar Dias

mercial. O senador lamentou que o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo se ocupe "basicamente com carros e brinquedos", enquanto o Ministério da Agricultura deixa de lado funções importantes de orientação técnica para os produtores de café.

Depois de considerar uma "burrice" a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), o senador sugeriu a criação de um novo órgão técnico que cuide de tarefas de orientação do produtor e promoção comercial, para defesa das cotações.

A proposta de trabalho para a subcomissão que po-

derá ser criada no âmbito da CAE, acrescentou Osmar Dias, inclui a convocação de todos os segmentos envolvidos na economia cafeeira, com o objetivo de debater os problemas e propor medidas concretas para a recuperação dessa lavoura. No plano do comércio internacional, a intenção é convidar a Colômbia para uma troca de idéias que permita lançar as bases de uma frente de exportadores (Brasil e Colômbia respondem, juntos, por quase 45% da produção e comércio mundiais do café), com vistas a um diálogo com os importadores em torno de cotações de defesa do produto.

Em apartes, Josaphat Marinho (PFL-BA) e Totó Cavalcante (PPB-TO) apoiaram o pronunciamento e lembraram outros produtos importantes em crise, como o cacau e a borraça.

Lobão: Juros altos ameaçam agricultura

Senador cobra mudanças do governo e adverte que custo dos insumos e financiamentos traz dificuldades incontornáveis para os produtores rurais, que estão perdendo suas terras

A queda do preço das terras agricultáveis no País é um sintoma das precárias condições em que se encontram os produtores brasileiros. A opinião é do senador Edison Lobão (PFL-MA), que pediu ao governo modificações na política de juros que vem adotando, por considerar que o custo dos insumos e financiamentos agrícolas tem trazido dificuldades incontornáveis ao prosseguimento das atividades rurais.

— Mesmo as terras de melhor qualidade necessitam de nutrientes. Começa aí o primeiro elo que envolverá o agricultor num círculo vicioso do qual dificilmente



Lobão diz que não se deve cair na tentação do exagero nos juros

escapará: depara-se com os altos preços dos fertilizantes; vai ao banco, se tem crédito, para buscar os financiamentos que viabilizem a continuidade do seu trabalho; afinal, assume difi-

vidas que, em função dos juros extorsivos, não terá condições de pagar com o resultado das suas futuras colheitas — afirmou o senador, garantindo que, em consequência, os agriculto-

res perdem suas terras e vão engrossar o contingente de desempregados das grandes cidades.

Edison Lobão lembrou que recentemente o Bank for International Settlements (BIS), espécie de superbanco central do mundo, conclamou os bancos centrais nacionais a não perderem o senso de medida no combate à inflação, “a não caírem na tentação do exagero”. Para o senador, os juros altos são uma estratégia usada com o objetivo de frear o excesso de consumo, mas “não se pode apertar demais o cinto, para que não se invertam os resultados colimados”.

Jonas aplaude criação de banco de tecnologia para o campo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) declarou sexta-feira seu entusiasmo com a criação do Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF), uma iniciativa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Trata-se, segundo ele, de um sistema inédito de parceria para assegurar a transferência de tecnologias, serviços e produtos gerados pelo sistema Embrapa e prestar assistência técnica diretamente aos produtores rurais ligados à agricultura familiar.

O BNAF não envolverá operações monetárias, esclareceu o senador, pois suas “moedas” serão pro-



Jonas Pinheiro: apoio a parceria inédita

dutores e informações, como sementes, mudas, animais, sêmens, máquinas, implementos, adubos e *know-how*. Conforme Jonas Pinheiro, inicialmente serão implantadas 11 agências-piloto do BNAF em igual número de municípios, distribuídos em oito estados das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

Na opinião do senador, os

evidentes sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento agropecuário instaurado na década de 70 tornam ainda mais importante a iniciativa da Embrapa/Contag de adotar uma política diferenciada dirigida para o fortalecimento e expansão do setor familiar de produção.

A seu ver, aquele modelo privilegiou um padrão tec-

nológico elitista, com elevado requerimento de capital e de escala de produção. Os resultados foram a concentração da renda e da propriedade da terra, o êxodo rural e a rápida expansão da fronteira agrícola, com impactos ambientais adversos, disse. O quadro geral, no entendimento de Jonas Pinheiro, foi de discriminação em relação à pequena agricultura familiar.

Apesar disso, frisou o senador, os estabelecimentos agropecuários com menos de 100ha, correspondentes a 21% da área total de estabelecimentos, responderam com expressiva participação na produção agrícola, empregando 84% da mão-de-obra ocupada na agricultura.

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO

Senado aprova 25 matérias no mês de julho

Redução de 10% para 2% nas multas contratuais, privatização da telefonia celular e isenção de impostos para micro e pequena empresa são alguns dos principais projetos aprovados

O plenário do Senado aprovou 25 matérias, entre projetos de lei, acordos internacionais, operações de crédito e mensagens relativas à escolha de autoridades e diplomatas, durante a convocação extraordinária de julho. A redução das multas contratuais (de 10% para 2%), alteração no Estatuto dos Militares, a regulamentação da escuta telefônica, a privatização da telefonia celular e a isenção de impostos para a pequena e microempresa são algumas das propostas aprovadas pelos senadores.

Estes dados constam de levantamento divulgado por Raimundo Carreiro, diretor da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal. Segundo o estudo, os senadores apresentaram um total de 342 proposições durante a convocação, sendo 243 emendas a projetos em tra-



No plenário, um mês de decisões que causam impacto positivo na economia nacional

mitação, 47 pareceres, 22 projetos de lei, 20 requerimentos de informações e convocações de ministros, oito projetos de resolução e duas propostas de emenda à Constituição.

O levantamento demonstra ainda que foram realizadas pelo Senado, no período de trabalho extraordinário, um total de 25 ses-

sões, das quais onze deliberativas ordinárias, seis deliberativas extraordinárias e oito não deliberativas.

Uma votação importante realizada durante a convocação foi a do Código de Trânsito Brasileiro, aprovado em primeiro turno, e que deverá ser submetido a turno suplementar, para apreciação das emendas apre-

sentadas. Projetos como o da inelegibilidade de parentes e afins, revisão judicial do valor das terras desapropriadas, desmembramento de terras e concessão de mais verbas para o ensino fundamental conseguiram acelerar a tramitação durante o período de trabalho extraordinário, estando agora prontos para a votação.

No âmbito das comissões, foram realizadas durante o mês de julho duas reuniões para exposições de autoridades a respeito de matérias em tramitação; instalaram-se cinco comissões mistas para exame de medidas provisórias; foram aprovados 14 pareceres dos relatores; dois projetos de autoria de senador foram aprovados terminativamente, e serão remetidos à apreciação da Câmara dos Deputados.

MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO DURANTE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULHO

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	14
- Acordos internacionais	7
- Operações de crédito	7
Projetos aprovados e enviados à Câmara.....	3
- Apreciado pelo plenário	1
- Apreciados pelas comissões, em caráter terminativo.....	2
Mensagens de escolha de autoridades e embaixadores	5
TOTAL DE MATÉRIAS APROVADAS.....	25

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO

Arruda destaca contribuição às reformas

"O Congresso trabalhou muito", reconhece o líder do governo ao destacar o papel do Legislativo nas mudanças propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) manifestou sexta-feira a sua "satisfação pelos resultados da convocação extraordinária do Congresso Nacional neste mês de julho". Arruda disse que no dia 1º, quando o Legislativo recebeu a convocação extraordinária, os órgãos de imprensa de todo o País registraram com "profundo ceticismo" os trabalhos que poderiam ser desenvolvidos neste mês.

Para o senador, "na verdade, imaginávamos que era impossível fazer com que deputados e senadores estivessem em Brasília para discutir e votar matérias de interesse do País, muitas das quais propostas pelo Executivo. Mas o ceticismo era grande na sociedade. Imaginavam alguns que grande número de parlamentares candidatos a prefeitos não compareceriam ao Congresso. No entanto, assistimos exatamente o contrário".

- Se no dia 1º de julho dis-



José Roberto Arruda

séssemos que durante todo o mês teríamos um *quorum* de quase 500 deputados, na Câmara, e de 71 a 75 senadores, no Senado, diriam que éramos visionários. No entanto, tivemos tudo isso - observou Arruda, que também falou em nome dos líderes de todos os partidos que dão sustentação ao governo no Congresso.

O amadurecimento da sociedade e da classe política brasileira, na opinião de José Roberto Arruda, "fez com que deputados e senadores, mesmo aqueles que enfrentam eleições mu-

nicipais, viessem a Brasília e participassem de todas as reuniões das comissões técnicas e das sessões plenárias. Nunca tivemos tantas reuniões de partidos, de lideranças, de comissões, fazendo com que os assuntos, amadurecidos nessa tramitação, viessem a plenário, fossem discutidos e votados".

O senador disse que, "ainda que preliminarmente, o resultado dessa convocação extraordinária é extremamente importante para o País e para o governo, que se propôs a uma profunda reforma no papel do Estado na sociedade, pela via democrática, e tem encontrado respostas claras do Legislativo. Mas é importante, sobretudo, para a imagem do Congresso, que mostrou, mais do que nunca, que tem contado com a responsabilidade do exercício do mandato de todos os seus parlamentares".

- O Congresso trabalhou muito durante o mês de julho, e deu uma demonstração do seu interesse e da sua responsabilidade

de dar legitimidade, pelo processo democrático, ao projeto de mudanças, de reforma, liderado pelo presidente Fernando Henrique. Trago, portanto, os agradecimentos do governo federal e o seu reconhecimento pelo trabalho feito pelo Congresso Nacional neste período de convocação extraordinária - ressaltou.

O líder do governo destacou a aprovação dos projetos sobre microempresa, redução das multas por atraso no pagamento de contas, regulamentação da escuta telefônica, telefonia celular, extinção do IPC, CPMF, reforma da educação, crédito de R\$ 150 milhões para a informatização da Justiça Eleitoral, entre outros.

Arruda disse não ter "a menor dúvida de que a sociedade brasileira, neste momento, reconhece que o Congresso Nacional está cumprindo o seu papel de, democraticamente, discutir e votar as mudanças necessárias para termos um projeto de país mais justo e menos desigual".

Cabral mostra que Casa apreciou mais de uma proposta por dia

"Sem considerarmos o sábado e o domingo, a cada dia deste mês tivemos mais de uma matéria aprovada", afirmou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao apresentar em plenário os números sobre o desempenho do Senado no período de convocação.

Ele destacou que a Casa aprovou 23 matérias este mês, o que resultou em três projetos enviados à sanção; sete acordos internacionais e sete operações de crédito enviados à promulgação; um projeto enviado à Câmara; três mensagens de escolha de autorida-

des; e duas mensagens de escolha de chefes de missões diplomáticas. Além disso, dois projetos foram aprovados terminativamente em comissões.

Apesar desses números, Cabral disse que apenas um projeto já daria à Nação o significado do trabalho realizado pelo Legislativo - o que institui o Código de Trânsito Brasileiro, aprovado em primeiro turno e que recebeu 207 propostas de emendas na discussão para o turno suplementar.

Ao celebrar o trabalho incansável do Senado, Cabral mencionou a dedicação dos funcio-



Bernardo Cabral

nários da Assessoria, da Taquigrafia e do apoio em geral, elogiando a competência do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, e da secretária-geral adjunta, Cláudia Lyra.

Bernardo Cabral afirmou que sua preocupação diária no Legislativo sempre foi a do fortalecimento da instituição, por entender que, quando esta é fe-

chada, é impossível haver democracia. "Pouco se fala do Executivo, e às vezes se poupa o Judiciário, mas com o Legislativo há sempre uma má-vontade injusta", queixou-se o senador.

Em apartes, os senadores Benedita da Silva (PT-RJ), Osmar Dias (PR), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Josaphat Marinho (PFL-BA) elogiaram a preocupação, reconhecendo que nem tudo que se faz no Parlamento, principalmente o "trabalho silencioso das comissões técnicas", chega aos meios de comunicação. Jefferson Peres aproveitou para aconselhar a Casa: "Devemos ser autocríticos também e jamais nos rendermos ao corporativismo".

Benedita defende o Rio como sede das Olimpíadas de 2004

Senadora prevê que durante os oito anos que antecederem os jogos serão criados de 80 a 100 mil empregos, o que revitalizará a cidade

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu sexta-feira a realização dos Jogos Olímpicos do ano 2004 no Rio de Janeiro, por estar convencida de que os trabalhos de preparação do evento possibilitarão a melhoria da qualidade de vida da população da cidade, a exemplo do que aconteceu com Barcelona, na Espanha, quando, em 1992, sediou os Jogos.

Segundo a senadora, durante os oito anos que antecederem as Olimpíadas, só a oferta de empregos no Rio de Janeiro aumentará entre 80 e 100 mil vagas. "Para sediar uma Olimpíada, a cidade escolhida é obrigada a realizar inúmeras obras de infra-estrutura que, obviamente, não são destruídas depois de encerrado o evento", lembrou a senadora, na convicção de que ao final dos Jogos Olímpicos de 2004 o Rio de

Janeiro deverá estar "totalmente renovado, pronto para acompanhar o progresso das décadas seguintes".

Benedita da Silva disse que a organização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro custará cerca de US\$ 1,6 bilhão, já existindo um plano de receita para cobrir esse montante: todos os recursos serão provenientes da iniciativa privada e mais de 70% do exterior, por meio da venda de direitos para televisão, participação na receita dos patrocínios internacionais, venda de licenciamentos e outros. Citando João Havelange, que apóia a candidatura da cidade como sede dos Jogos, a senadora disse que o



Benedita da Silva

Rio já possui 60% das instalações esportivas necessárias à realização do evento.

Para que o Rio de Janeiro saia vitorioso em seu pleito, Benedita da Silva disse ser indispensável a união de todos. Ela explicou que a via-

gem de um grupo de parlamentares do Rio de Janeiro a Atlanta, criticada por alguns órgãos de imprensa, faz parte da estratégia do Comitê Rio 2004, sendo, portanto, legítima. A senadora elogiou a participação das atletas brasileiras em Atlanta e disse que o desempenho da nossa delegação pode ser vital para o êxito do Projeto Rio 2004.



Casildo Maldaner

Maldaner quer TV sem violência nos horários infantis

Depois de elogiar a capacidade técnica, jornalística e artística da televisão brasileira, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) condenou os programadores de TV do País, que colocam no ar desenhos animados com violência em programas dirigidos às crianças. "Esses programas dão péssimos exemplos de comportamento, promovem uma formação deturpada para crianças e ainda insinuam algum preconceito racial", lamentou.

Casildo Maldaner criticou as emissoras de TV por colocarem no ar cenas de sexo e violência, independente do horário, "num claro estímulo ao desvio de costumes e comportamento das nossas crianças e adolescentes". Para ele, em qualquer país do mundo esses filmes, quando permitidos, são exibidos durante a madrugada.

- Não é mais possível, nem desejável, permitir que a família brasileira fique exposta diariamente a uma série de informações perniciosas à sua formação. E nós, aqui do Senado da República, não podemos assistir calados e indiferentes a essa real ameaça que ronda a nossa sociedade.

O senador frisou que não defende a censura e sugeriu que se adotem no Brasil procedimentos semelhantes aos da Itália ou dos Estados Unidos, onde esses tipos de filmes são exibidos em horários dedicados apenas aos adultos.

Jucá aponta propaganda ilegal em Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) acusou sexta-feira o governador de Roraima, Neudo Campos, de estar descumprindo o dispositivo da Constituição federal que não permite a publicidade de atos, programas e serviços de órgãos públicos para promover nomes de governantes. Segundo Jucá, o governador teria criado uma marca de sua administração com a letra inicial de seu próprio nome, "a fim de fazer promoção pessoal".

- Quero denunciar a corrupção e o desvio de verbas públicas que o sr. Neudo Campos e seu grupo político estão praticando em Roraima - disse Jucá, acrescentando

que o governador estaria utilizando recursos públicos para fazer publicidade nos veículos de comunicação e construir fonte luminosa.

Repudiando o que classificou de "descaso" com o dinheiro público, Romero Jucá anunciou estar disposto a ir ao Supremo Tribunal Federal para que a Constituição seja cumprida. Ele dirigiu apelo ao Tribunal de Justiça de Roraima, para que adote providências contra o "abuso de poder econômico e político de quem deveria ser o guardião da Constituição e da ordem pública".

O senador informou que,

embora um juiz tenha determinado a suspensão do que chamou de "campanha promocional", um desembargador do estado cassou a liminar de proibição, "o que prova que em Roraima tudo é possível". Jucá ponderou que, "ao denunciar os absurdos acontecimentos, não estou contra Roraima, mas preservando a sociedade".

Em aparte, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse esperar que o Tribunal de Contas do estado e outros órgãos de fiscalização prestem conta à sociedade sobre a má aplicação de recursos que tenham destinação social.

Regina Assumpção denuncia descaso com idosos

Senadora constata que o Brasil não está preparado para o envelhecimento da população e teme que se repita em Minas Gerais a tragédia verificada em clínica geriátrica do Rio

Ao comentar sexta-feira denúncias de irregularidades que estariam ocorrendo numa clínica geriátrica de Minas Gerais, conforme noticiou um jornal de Belo Horizonte, a senadora Regina Assumpção (PTB-MG) disse, em seu primeiro pronunciamento no plenário, temer que se repita em seu estado o que ocorreu no Rio de Janeiro, "onde o número de vítimas do descaso e da cobiça, segundo a imprensa, já chega a 200".

O preconceito e o descaso para com os idosos mostram que o Brasil não está preparado para o envelhecimento de sua população. Encontrou-se uma denominação mais simpática e menos preconceituosa para ela: terceira idade. Mas não foram criadas condições efetivas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas dessa faixa etária. O que podemos constatar é o abandono puro e simples daqueles cidadãos idosos situados nas camadas de menor renda - disse.

Regina Assumpção alertou as autoridades federais, estaduais e municipais para a situação de abandono e descaso em que se encontra a população mais idosa do País.

- Um alerta que também faço às entidades encarregadas de fiscalizar o exercício profissional daqueles que tratam diretamente com o idoso, e às instituições como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Ministério Público, responsáveis que são pela preservação dos direitos de cidadania deste e dos demais segmen-



Regina Assumpção lembra que idade não é doença

tos da população. É, também, um apelo às universidades, pessoas e instituições

que têm compromisso com a comunidade, com todos os que trabalham para o desenvolvimento do ser humano e para a conquista da justiça - disse.

Regina Assumpção citou reportagem assinada pela jornalista Sandra Kief, publicada dia 23 pelo jornal *Estado de Minas*, que teria constatado uma série de problemas na Clínica de Repouso Nossa Senhora do

Carmo, em Betim. Baseada na matéria, a senadora disse que, "entre os aspectos

mais graves, está a promiscuidade envolvendo doentes mentais e alcoólatras entre os internos de diversas patologias ou patologia al-

guma, daqueles que ali estão apenas por não ter onde ficar e não por estarem doentes".

- É absolutamente inaceitável a convivência deste tipo de doentes com idosos saudáveis. A simples pre-

sença dos idosos nesta clínica ou casa de repouso já indica o grau de preconceito que se tem contra a terceira idade. É preciso ficar bem claro que idade não é doença. Aqueles que já não são jovens nem por isso devem ser encarados como doentes, imprestáveis ou dependentes - disse.

A senadora afirmou que o "caso lamentável e dramático" ocorrido no Rio "certamente não é o único e, sem dúvida, outras casas de horrores estão em pleno funcionamento em outros pontos do País". Regina disse que se não houver cuidado com os idosos a sociedade não terá como acenar aos mais jovens e, por isso, é necessário assegurar dignidade aos que já percorreram a maior parte do caminho.

- Espero contar com a criatividade e competência dos meus pares para encontrar uma solução que possibilite o reencontro da cidadania àqueles que tantos serviços já prestaram e que possamos usufruir da grande experiência que acumularam ao longo do tempo - acentuou.

Senadora condena a permanência de idosos saudáveis em clínicas para doentes mentais

Senadores exaltam sensibilidade social

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) assinalou o "bom senso" de Regina Assumpção, que, conforme disse, "aquí chegando não se precipitou em falar; procurou observar a Casa para falar com naturalidade". Sobre a questão do idoso, Josaphat destacou

ainda que "não basta só o crescimento econômico, pois só há desenvolvimento real quando há preocupação com o ser humano".

Benedita da Silva (PT-RJ) considerou "equilibrado e de conteúdo perfeito para o momento" o pronunciamento da senadora mineira, e lamentou que o

problema enfrentado pelos idosos não esteja sendo encarado com prioridade.

Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), exaltando a sensibilidade de Regina Assumpção, disse que a senadora por Minas Gerais não quis dar um recado, "mas, sim, firmar uma posição".

Emília quer saber qual será salário de professor

Enuncia que vai apresentar emenda à proposta que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental para que orientadores e supervisores também sejam beneficiados

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) pretende apresentar emenda à proposta do Executivo que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para que, além dos professores, os orientadores, os supervisores e os diretores sejam beneficiados com as mudanças. Pela emenda constitucional em tramitação na Casa, os estados e municípios serão obrigados a aplicar "no pagamento de professores" do ensino básico 60% das verbas destinadas constitu-

cionalmente à educação. "Não podemos prejudicar os supervisores ou orientadores porque estudaram mais", argumenta.

Além disso, a senadora quer que o governo explique qual será realmente o salário do professor de ensino básico. "Em sua exposição de motivos, o Executivo fala em *salário médio* para os professores em torno de R\$ 300. Já o relator da proposta de emenda no Senado diz que haverá um *salário mínimo* nacional em torno de R\$ 300. Os professores e a



Emília Fernandes

sociedade têm o direito de receber uma informação mais precisa. Não se podem criar falsas expectativas", afirmou Emília Fernandes.

Quanto ao objetivo do governo de executar uma política para que sejam gastos R\$ 300 por aluno, ao ano, a senadora ponderou que o Executivo deveria mudar seu enfoque. Ao invés de partir do gasto médio por aluno/ano, ela acha que o caminho ideal será definir a qualidade mínima do ensino e quanto isso custa. Além disso, Emília Fernandes espera que o governo também dê atenção ao ensino de segundo grau e ao ensino universitário. "Aguardo ansiosamente essa atenção do governo", disse.

Totó lamenta morte de vereador

O senador Totó Cavalcante (PPB-TO) lamentou sexta-feira o falecimento, em Paraíso do Tocantins, do dentista Isaac Cavalcante, que foi vereador do município por dois mandatos e teve "longa militância na vida pública" regional.

O parlamentar enviou condolências à viúva e aos seis filhos de Isaac Cavalcante, exaltando sua resistência durante o regime militar, época em que chegou a ser preso por motivos políticos.

Hollanda homenageia Hospital Oswaldo Cruz

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) prestou homenagem sexta-feira ao Hospital Universitário Oswaldo Cruz, de Recife, que completa este ano o 112º aniversário de fundação. Segundo o senador, o hospital, "exemplar instituição pernambucana", atende cerca de 30 mil pacientes por mês, já que a sua associação com a Faculdade de Ciências Médicas garante-lhe atualização científica permanente e estimula um constante esforço de aperfeiçoamento da prática da medicina hospitalar.



Joel de Hollanda

- Pernambuco pode se orgulhar de ter um grande hospital público. Apesar das extremas dificuldades por que

passa toda a saúde pública brasileira, o que se observa no Oswaldo Cruz é um entusiasmo profissional incomum - disse Joel de Hollanda, garantindo que o sucesso desse hospital universitário se fundamenta num criterioso gerenciamento dos recursos e no alto espírito científico-educacional que o orientam.

Associando-se às homenagens, o senador Romero Jucá (PFL-RR), em aparte, afirmou que o Hospital Universitário Oswaldo Cruz tem sido "um bálsamo" para os pernambucanos.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal